13:56 40%

_ SEG _ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Oliveira (quinzenal)
_ TER _ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviatta (quinzenal) _ QUI _ Merval Pereira _ Malu Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Dória _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM _ Merval Pereira _ David Hanazaki _ Bernardo Mello Franco

MALU GASPAR

blogs.oglobo.globo.com/opinião
malu.gaspar@oglobo.com.br

As pistas de Marielle

Se não há dúvida de que a prisão dos mandantes do assassinato de Marielle Franco escancarou a contaminação do aparato estatal no Rio de Janeiro pelo crime organizado, também é verdade que só o crime ter sido solucionado já é um fato totalmente atípico.

Levantamento do GLOBO no ano passado a partir de dados públicos, registros jornalísticos e de centros de pesquisa mostra que o crime organizado é suspeito de ter executado 43 políticos no Rio nos últimos 20 anos. Noutro trabalho publicado na mesma época, a cientista política Mariana Carvalho, da Universidade Brown, cruzou dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com os do Datasus e concluiu que o Rio é o local onde mais se matam políticos no Brasil: 2,6 mortes por grupo de mil políticos.

Seja qual for o indicador, a conclusão é a mesma: no estado que mais mata políticos no Brasil, quase nunca se descobre quem matou e quem mandou matar. Por isso tanta gente alimenta a esperança de que o caso Marielle venha a ser um marco de mudança.

Mas há também grandes chances de Marielle ser apenas a exceção que confirma a regra, um daqueles crimes de grande repercussão em que se empenham os melhores esforços na investigação, se elege um inimigo público número um — como os irmãos Brazão — e se entregam cabeças apenas para que tudo continue funcionando como dantes.

A cabeça agora é o ex-chefe da Polícia Civil Rivaldo Barbosa, que o matador Ronnie Lessa diz ter arquitetado o crime e que estava "na mão" dos irmãos Brazão. A fama de Rivaldo já era conhecida, a ponto de a PF avisar ao comando da intervenção federal sobre a segurança do Rio em 2018 que não o nomeasse para o cargo.

Quem conhece bem o cenário fluminense sabe que Rivaldo é apenas um na engrenagem azeitada pelo dinheiro do tráfico, da milícia, da contravenção e de outras empreitadas criminosas que alimentam a corrupção policial — negócio extremamente lucrativo, que em última instância resulta numa das menores taxas de solução de homicídios do país.

Por mais complexo que seja o cenário, porém, não é preciso ir longe para vislumbrar formas de virar a chave. A própria história do caso Marielle já traz algumas pistas. Tudo caminhava para que as mortes de Marielle e Anderson engordassem a estatística de crimes sem solução quando as promotoras Simone Sibilio e Letícia Emile começaram a desarquivar investigações sobre outros assassinatos suspeitos de ligação com o Escritório do Crime. De repente, brotou na Polícia Civil uma denúncia anônima de que o atirador que puxara o gatilho era Lessa. As promotoras cutucaram um nervo exposto da corrupção policial no Rio, a Delegacia de Homicídios.

De lá para cá houve diversas reviravoltas. Quem acabou concluindo a investigação foi a PF, mas ninguém discorda do papel fundamental que as duas tiveram ao simplesmente cumprir a função do Ministério Público de fiscalizar o trabalho das polícias. No Rio, esse trabalho ocorre de forma bissexta, sem recursos básicos, como acesso completo aos dados do sistema de inteligência onde se pode ver que crimes estão sem solução, em que regiões e há quanto tempo.

Para completar o quadro, em 2021 o procurador-geral do estado, Luciano Mattos, nomeado por Cláudio Castro (PL) com o apoio da família Bolsonaro, extinguiu o Grupo de Atuação Especializada em Segurança Pública (Gaesp), que fazia o controle das polícias. Mattos foi reconduzido em 2023, mesmo tendo sido derrotado na eleição interna do MP — isso levou todos os 26 promotores do sobrevivente Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) a pedir exoneração, incluindo Simone e Letícia.

O meticuloso trabalho para evitar o controle da polícia fluminense não ficou restrito ao âmbito estadual. Quando o superintendente da Polícia Federal no Rio, Leandro Almada, foi indicado para o cargo, já com a missão de elucidar a morte de Marielle, o governador e aliados do próprio PT fizeram pressão sobre o Palácio do Planalto para barrar a nomeação.

Por essa mesma chefia da PF no Rio, aliás, Bolsonaro é acusado de ter criado a crise que levou à saída de Sergio Moro do Ministério da Justiça.

— Você tem 27 superintendências, eu quero apenas uma — disse o ex-presidente, segundo o próprio Moro.

A cronologia do caso Marielle deixa clarríssima a relação entre a metástase do crime organizado no Rio e o esforço do sistema político em dificultar o controle da ação policial. Por isso, qualquer que seja a fórmula de começar a mudar esse quadro, será preciso que algumas cabeças sejam entregues, para que o controle comece a ocorrer. E não serão as cabeças de Ronnie Lessa ou de Rivaldo Barbosa.

ARTIGO

É preciso tirar do papel o Memorial da Democracia

NILMÁRIO MIRANDA
E HÉLIO LUZ

É conhecido e repetido o adágio: um povo sem memória está condenado a cometer os erros do passado.

A sociedade brasileira — ou os setores que defendem a democracia nessa sociedade conflagrada — busca recuperar para o debate um tema que, neste ano de 2024, seguramente mobilizará os segmentos comprometidos em reaver os padrões de diálogo civilizado sobre os rumos do Brasil.

Inclui-se aí a necessidade de retomar uma decisão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de 2013. Naquele momento, um decreto destinou o prédio que durante décadas abrigou a Delegacia de Ordem Política e Social, na Rua da Relação, 40, Centro do Rio, para a constituição de um Memorial da Democracia, no marco dos 60 anos do golpe militar de 1964.

Como é de domínio público, o prédio foi inaugurado em 1912 para o funcionamento da Polícia Central do Distrito Federal. Aquela época, a República recém-fundada — contava 23 anos apenas — trazia visíveis as marcas e os cacoetes do regime de escravidão que havia formalmente expirado um ano antes da Proclamação. No começo do século XX, a Polícia Central reprimia a "vadiagem". Aí incluídos o samba e os sambistas. Reprimia as casas de batuque, as rodas de capoeira, os terreiros de candomblé e umbanda, as manifestações genuínas da cultura popular afro-brasileira. Uma repressão autojustificada pela odiosa sombra da escravidão, naturalizada culturalmente pela sociedade.

Um período em que a Polícia Central perseguia os lutadores sociais empenhados na defesa dos mais comezinhos direitos dos trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços.

Na vigência do Estado Novo (1937-1945), os conflitos políticos e ideológicos, hoje descriminalizados pela Constituição de 1988, foram tratados como "caso de polícia", a exemplo do que ocorria na República Velha, anterior a 1930, e resolvidos pelo Estado por meio de práticas de prisões arbitrárias, torturas e penas cruéis e degradantes. Do mesmo modo, os conflitos sociais e culturais foram tratados com mão de ferro.

Decreto de 2013 prevê instalação no prédio que durante décadas abrigou a Delegacia de Ordem Política e Social no Centro do Rio

O número 40 da Rua da Relação se tornou conhecido como um lugar associado à violência e ao arbítrio. Passaram por aquelas celas pessoas como Nise da Silveira, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Mário Lago, Luís Carlos Prestes e Olga Benário, o jovem Carlos Lacerda, então militante de esquerda, Apolônio de Carvalho, Carlos Marighella e tantos outros. Registrados de forma marcante na literatura nas páginas de "Memórias do cárcere".

Quando o Distrito Federal foi transferido para Brasília, nos anos 1960, aquele edifício de tantas memórias passou a denominar-se Dops. Só depois da Constituição liberal democrática de 1988, nosso país incorporou a sua cultura cívica a ideia de que a manutenção de uma delegacia de "Ordem Política e Social" é incompatível com o Estado Democrático de Direito.

Durante os 21 anos de regime autoritário, o prédio da Rua da Relação foi símbolo de práticas que brasileiras e brasileiros hoje repudiam. Que o digam as centenas que ali padeceram, como Ziraldo, Moacir Werneck de Castro, Fernando Gabeira, Paulo Coelho e Francisco Solano Trindade.

Entendemos e reforçamos que naquele espaço deve ser instalado o Memorial da Democracia, inspiração para a geração atual e as gerações futuras. Daí a importância da exposição pública permanente do que ali se praticou, como lugar de memória, para cumprir os preceitos da não recorrência, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

A Polícia Civil do Rio de Janeiro hoje é diversa daquela do século XX e tem o direito de assegurar sua memória institucional. É importante que possa contar com um museu que a torne reconhecida pela sociedade. Mas o Museu da Polícia Civil não pode ser ali. O prédio da Rua da Relação, 40, tem de abrigar um Museu ou Memorial da Democracia. Para evitar que o reconhecimento da trajetória de uma corporação não se converta no apagamento da história das lutas do povo brasileiro pela democracia.

Nilmário Miranda é assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, **Hélio Luz** foi delegado da Polícia Civil do Rio de Janeiro

ARTIGO

Uma nova Lei de Finanças Públicas

RENÊ GARCIA JUNIOR
E TOMAZ LEAL

No dia 17 de março, a lei 4.320, conhecida também como Lei de Finanças Públicas ou Lei Geral de Orçamentos, completou 60 anos. Ela instituiu normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços do setor público. Apesar de desconhecida por parte do grande público, sua importância está consubstanciada no fato de que, nas palavras do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, "a lei orçamentária é a lei materialmente mais importante do ordenamento jurídico, logo abaixo da Constituição".

Os avanços introduzidos pela lei na época de sua edição foram significativos, o que ajuda a explicar sua longevidade e sobrevida a diferentes textos constitucionais. Tais avanços abrangem a consolidação de princípios basilares do orçamento público, como a universalidade, a anualidade e a exclusividade, a definição das etapas de execução das despesas, a regulamentação do regime jurídico dos créditos adicionais, a introdução do conceito de orçamento-programa, entre muitos outros.

Ainda que tenha prestado, e continue prestando, importantes contribuições às normas de Direito Financeiro no país, sua vigência num mundo completamente diferente daquele em que a lei foi editada chama a atenção. Uma possível explicação para isso é os orçamentos nacionais terem perdido força em meio ao enrijecimento exacerbado da despesa e à pouca margem de manobra para os gestores públicos. Mais recentemente, o conflito por acesso aos recursos públicos vem se materializando numa maior parcela do Orçamento destinada às emendas parlamentares de execução obrigatória pelo Poder Executivo.

É chegada a hora de aprovarmos a reforma do Orçamento público. O governo federal já se mostrou disposto a avançar

O Orçamento é o instrumento fundamental da democracia em que se discute a alocação de recursos públicos e, portanto, seu aprimoramento é determinante para o desenvolvimento do país. É preciso que se reconheça isso para avançar na discussão política das despesas públicas. O debate fiscal brasileiro nos últimos anos, ou décadas, tem se concentrado em aspectos de cunho macroeconômico, como a capacidade de geração de resultado primário ou o atingimento das metas fiscais. Esses são temas certamente importantes, mas insuficientes para promover uma revisão estratégica da ação estatal.

É preciso que avancemos rumo a uma nova lei de finanças públicas no Brasil, que preveja a reavaliação periódica dos gastos com base em análises técnicas e o olhar voltado para o planejamento e a sustentabilidade fiscal no longo prazo — além das necessárias atualizações para compatibilizá-la e modernizá-la de acordo com os comandos previstos pela Constituição de 1988 que ainda não foram regulamentados (como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual).

Nos últimos anos, avançamos em importantes reformas estruturais, a exemplo da reforma tributária. É chegada a hora de aprovarmos a reforma do Orçamento público. O governo federal já se mostrou disposto a avançar nessa pauta. Estará disposto a enfrentar resistências que surjam pelo caminho?

Renê Garcia Junior é secretário estadual da Fazenda do Paraná, **Tomaz Leal** é assessor econômico da Secretaria Estadual da Fazenda do Paraná